

A literatura infantil no Brasil e em Portugal: problemas para a sua historiografia

(Children's literature in Brazil and Portugal: historiography-related problems)

Patricia Santos HANSEN

Fundação Casa de Rui Barbosa

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir sobre algumas das questões teórico e metodológicas que se impõem aos historiadores da literatura infantil a partir de experiências de pesquisa no Brasil e em Portugal. A literatura infantil pode ser abordada pelo historiador como fonte e/ou como objeto de pesquisa. Pode ser analisada em seus aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e considerada privilegiadamente em uma ou mais dimensões: textual, material, visual, conceitual, etc. Na impossibilidade de abordar e discutir o tema em toda a sua complexidade, farei considerações sobre três problemas especificamente historiográficos, tomando como referência os casos da literatura infantil em Portugal e no Brasil: a conceitualização e circunscrição do objeto de pesquisa; os obstáculos à periodização; o acesso às fontes e constituição de um *corpus*.

PALAVRAS-CHAVE: História da Literatura Infantil; Livros para Crianças em Portugal; Livros para Crianças no Brasil; História do Livro para Crianças em Portugal e no Brasil; Patrimônio da Literatura Infantil

ABSTRACT: The primary aim of this paper is to present observations about some challenging theoretical and methodological questions faced by historians of children's literature, based on previous research experiences in Brazil and Portugal. Historians may address children's literature as sources or as the main subject of their investigations. They can examine its social, economic, political and cultural features, and analyze one or more of its dimensions: textual, material, visual, conceptual, and others. Since it is impossible to approach such a multifaceted topic in its entirety, in the following pages I will consider three very specific historiographical problems, using some examples of children's literature in Portugal and Brazil as a reference: the conceptualization and scope of the research subject; problems with periodization; and access to primary sources.

KEYWORDS: History of children's literature; children's books in Portugal; children's books in Brazil; History children's books in Portugal and Brazil; children's literary heritage

Introdução

Livros de literatura infantil são bens culturais de inegável valor simbólico e comercial nas sociedades contemporâneas, desde o final do século XVIII na Inglaterra e a partir do século XIX em outros países da Europa e Américas. Vistos como poderosos instrumentos educativos atuam como mediadores de ideias, comportamentos sociais e/ou na aquisição de competências de leitura, sendo por isso e pela especificidade de

seu público, o tipo de media impressa provavelmente mais sujeito a formas de censura oficiais e extraoficiais, o que demonstra o aspecto geralmente negligenciado de sua importância política. ¹

Constituem atualmente um dos segmentos mais dinâmicos do mercado editorial. Como fontes para a produção de conhecimento histórico oferecem ricos indícios sobre os conceitos e ideias vigentes nas sociedades em que circulam, projetos utópicos, representações da vida doméstica, da infância, do quotidiano escolar, de hierarquias entre grupos e de papéis sociais. Como objetos de estudo deveriam merecer, por todas as razões listadas acima, um lugar de maior destaque na história da cultura. Não obstante, são excluídos das histórias da literatura e poucas vezes abordados da perspectiva das histórias do livro e da edição, da infância, dos estudos literários e das ciências da educação, salvo raras exceções geralmente provenientes das últimas duas áreas.

Historiadores de formação que se especializam no assunto, mesmo em países com tradição de estudos na área, podem ser contados nos dedos. No capítulo dedicado ao que chama de “historical children’s literature”, em um manual de pesquisa para iniciantes, o historiador Mathew Grenby, *Reader em Children’s Literature da School of English Literature, Language and Linguistics*, ligado ao prestigioso núcleo interdisciplinar de estudos em literatura infantil da Universidade de Newcastle, menciona as desconfianças que existem no interior do campo designado como *Children’s Literature Studies*, em relação aos aportes historiográficos.

There are very few (if any) literary critics who would suggest that we should not study Chaucer or Austen or D.W. Griffith, just because their works first appeared in the past. But the situation is a little more complicated with children’s literature. Not everyone has agreed that the study of children’s literature necessarily involves finding out about its history. Given that children’s literature is defined in terms of its audience, it has been argued that, if children do not read a particular book, it should not be understood as children’s literature. Thus some researchers - librarians and bibliotherapists, for example, or teachers - might, for practical reasons, be interested only in books used by today’s (or tomorrow’s) children. And thus other critics, arguing from a more theoretical point of view, have suggested that there are books that *are* for children and books that *were* for children, that these are not the same thing and that therefore they should be studied separately - if, indeed, the latter should be studied at all. Peter Hunt, for instance, has defined children’s literature as properly consisting only of those texts ‘written expressly for children who are recognizably children, with a childhood recognizable today’ (1991:67) According to this

¹ Esse trabalho resulta de projetos de pesquisa que venho desenvolvendo desde 2011, no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e mais recentemente na Fundação Casa de Rui Barbosa. Agradeço aos colegas e funcionários dessas instituições, em particular Joaquim Pintassilgo (IEUL), Ivana Stolze Lima, Antonio Herculano Lopes, Dilza Bastos e Ana Ligia Medeiros (FCRB) e ao apoio financeiro do programa Welcome II (FCT /Marie Curie Actions) e da FAPERJ. Agradeço também à Patricia Raffaini, Kaori Kodama e Angela de Castro Gomes, pelo interesse, colaboração e diálogo.

argument, what is not read by today's children is not to be considered as children's literature.²

Ainda que a definição citada por Grenby, atribuída a Peter Hunt, um dos mais eminentes e reconhecidos estudiosos da literatura infantil, leve em conta a existência de diferenças entre crianças e infância no passado e no presente, sua desconsideração pela multiplicidade social e cultural de experiências e concepções sobre a infância e a criança, em diferentes contextos espaciais e temporais, deixa desconfiados historiadores, antropólogos e sociólogos da infância, mais atentos às diferenças e singularidades do que aos fenômenos universais.

Para além disso, à instabilidade das noções de criança e infância, corresponde a dificuldade de substantivação ou caracterização do objeto em questão como literatura. Pois que o termo, como o próprio Hunt refere em outra ocasião, é frequentemente considerado um oxímoro: “‘children’ commonly connotes immaturity, and ‘literature’ commonly connotes sophistication in texts and reading, then the two terms may seem to be incompatible”.³

Apesar de ser objeto que demanda enfoques inter-, multi-, ou transdisciplinares, os estudos sobre literatura infantil concentram-se em departamentos de literatura ou educação. Às consequências dessas filiações institucionais, pois em ambas as áreas a literatura infantil ocupa posição subalterna, somam-se as dos aportes teóricos e metodológicos especializados daqueles que investigam o objeto a partir de uma ou outra perspectiva. Não obstante o inestimável valor dos resultados dessas pesquisas, tal situação produz um déficit de conhecimento sobre o objeto que só será superado, a meu ver, com a contribuição de problematizações, embasamento teórico e procedimentos metodológicos característicos da pesquisa histórica.

Em outras palavras, sendo a literatura infantil um objeto carregado de dubiedade no que diz respeito à representação hegemônica de sua função social, e seus destinatários, as crianças, atores sociais e históricos marcados pela subalternidade, sua investigação torna-se marginal mesmo nos espaços institucionais em que os pesquisadores conseguem aferir alguma legitimidade ao seu estudo. Porquanto a literatura infantil nem é considerada nas histórias das literaturas nacionais, nem limita-se à educação formal, referentes ainda caros a essas instituições e às expectativas nelas depositadas pela sociedade. Por essa razão, mesmo operando com

2 M. O. Grenby, “Historical Research,” in *Children’s Literature Studies: A Research Handbook*, ed. Kimberley Reynolds and M. O. Grenby (Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2011), 97–119.

3 Peter Hunt, “Children’s Literature,” in *Keywords for Children’s Literature*, ed. Philip Nel and Lissa Paul (New York: New York University Press, 2011).

diferentes *corpora* e muitas vezes discordantes sobre o significado de “literatura infantil”, o qual em particular no campo literário costuma variar conforme a predominância de elementos instrutivos ou estéticos, estudos provenientes dessas duas áreas convergem, com frequência, em direção a processos de normatização e canonização, ainda que nem sempre explícitos. Seja em sua origem, na seleção de textos que possuem valor como objetos de estudo, ou como fim, textos que possuem valor para serem divulgados e dados a ler em escolas, bibliotecas ou em casa. E nada mais prejudicial à boa prática da investigação histórica que um *corpus* de fontes que determina *a priori* a problematização da pesquisa ou juízos de valor anacrônicos que condicionam argumentos. Nenhuma dessas abordagens permite conhecer as experiências e práticas associadas ao objeto e seus sujeitos ou compreendê-los em sua historicidade.

É por essa razão, que certos aspectos aparentemente contraditórios em relação a esse objeto de estudo, só podem fazer sentido se observados de uma perspectiva histórica. Entre outros exemplos, cito: o extraordinário valor simbólico, social e comercial da literatura infantil em contraposição à sua desvalorização patrimonial, intelectual e acadêmica; a inocência socialmente atribuída aos seus destinatários e por extensão aos seus textos e sua enorme permeabilidade às mais distintas ideologias, além de sujeição a diversos tipos de censura; a maior frequência e peso das análises dos textos nos seus estudos em detrimento dos suportes, paratextos, mediações e práticas de leitura, tendo em conta de que tratam-se de objetos frequentemente multimodais, ricos em protocolos de leitura, potencialmente sujeitos a variadas mediações e a uma gama diversificada de práticas leitoras; e, finalmente, o consenso sobre a denominação “literatura infantil” ou sua variável mais recente “infanto-juvenil” assim como dos termos equivalentes em outros léxicos ocidentais, em contraste com a imprecisão dessa denominação e da oposição semântica entre alguns dos significados mais compartilhados dos termos que a compõem.

Essas observações abrangentes, articulam-se a um universo de problemas cujo enfrentamento só é possível por meio da crítica de fontes, reunidas a partir de problematizações que permitam a historicização do objeto.

Nas linhas que seguem procurarei delinear algumas das questões teóricas e metodológicas que desafiam os historiadores da literatura infantil, dialogando com a bibliografia sobre o tema e com as fontes, ilustrando-as com exemplos provenientes de experiências de pesquisa realizadas no Brasil e em Portugal. Na impossibilidade de abordar e discutir o tema em toda a sua complexidade, irei focar como ponto de partida três aspectos essenciais ao trabalho historiográfico: a conceituação e circunscrição do objeto de pesquisa; as

dificuldades de periodização e as narrativas de origem das literaturas infantis nacionais; o acesso às fontes e constituição de um *corpus*.

A conceituação e circunscrição da literatura infantil como objeto de pesquisa

Na página pertencente à Children's Literature Association (ChLA), a maior e mais influente associação acadêmica da área, lê-se a seguinte definição: "For our members, children's literature includes books, films, and other media created for, or adopted by, children and young adults around the world, past, present, and future." 4

Não obstante a posição de autoridade que a ChLA ocupa no interior do campo, e a assunção de que todos os seus membros compartilhem da definição apresentada, não deixa de ser problemático entender quaisquer media criado ou adotado por crianças e jovens como "literatura infantil".

O tema é incontornável, conforme demonstra a presença de parágrafos e mais parágrafos dedicados à definição, aos problemas de definição, ou ao esclarecimento sobre o que se entende por literatura infantil, praticamente onipresentes na bibliografia sobre o assunto. 5

É novamente Peter Hunt quem, tendo somado vários capítulos sobre o tema, assume a tarefa de escrever o texto fundamental da útil coletânea *Keywords for Children's Literature*, um projeto declaradamente inspirado no famoso livro de Raymond Williams. 6

Em seu capítulo, que começa pela constatação do uso do termo para descrever "both a set of texts and an academic discipline", e com o problema do oxímoro mencionado acima, Hunt apresenta um amplo panorama não só de definições como de polêmicas ao redor do que seria literatura infantil. Diferentemente de outras ocasiões, em que ele mesmo procurou esclarecer ao leitor o que entendia por literatura infantil, dessa vez não se posiciona a favor de nenhuma definição.

Em suas palavras:

4 "ChLA - Children's Literature Association," accessed October 28, 2014, <http://www.childlitassn.org/resources>.

5 Para uma síntese de algumas definições produzidas pela bibliografia espanhola e portuguesa ver Fernando Fraga de Azevedo, "A literatura infantil e o problema da sua legitimação," in *Largo mundo alumiado: estudos em homenagem a Vítor Aguiar e Silva*, ed. Carlos Mendes de Sousa and Rita Patrícia (Braga: Universidade do Minho, 2004), <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/2854>.

6 Philip Nel and Lissa Paul, eds., *Keywords for Children's Literature* (New York: New York University Press, 2011).

Both parts of the term are what Raymond Williams (1976/1983^a) would have called “difficult” in that both cover a huge range of possible meanings, synchronically and diachronically, and together they have caused much confusion and influenced (often negatively) the development of the areas that they ostensibly name. The term has so many practical and theoretical disadvantages that “books for children” or “children’s fiction” are often used as equivalents.

The earliest use of the term to describe texts has not been established, although it appeared as the title of an anonymous article in the *Quarterly Review* in January 1860 (469-500); otherwise, the term “juvenile literature” was well-established by the end of the nineteenth century (for example, *Juvenile Literature As It Is* [Salmon 1888]), while Charles Dickens referred to “the fairy literature of our childhood” [...].

All definitions rely on their purpose, and so the broadest definition of “children’s literature” – any text read by any child – is of little practical value. 7

Mais uma vez chega-se a um impasse: nem é possível definir literatura infantil e nenhuma designação alternativa é satisfatória. É significativo, porém, que Hunt tenha buscado identificar os primeiros usos do termo.

Seguindo essa linha, é por meio de uma história do termo *littérature de jeunesse*, em seus usos e variações, que Isabelle Nières-Chevrel enfrenta a questão num capítulo apropriadamente intitulado “Une dénomination problématique”:

Comment designer ces livres que les adultes destinent à la lecture des enfants? Ce que nous appelons aujourd’hui “la littérature d’enfance et de jeunesse” n’a pas toujours été appelé ainsi, voire resta longtemps sans dénomination propre. On rencontre aujourd’hui les expressions “littérature de jeunesse”, “littérature d’enfance et de jeunesse”, “littérature pour enfants”, “livres d’enfants”, “livres pour enfants”. Le flottement même de ces désignations suggère qu’il y a une difficulté. [...]

Depuis quand la littérature de jeunesse s’appelle-t-elle “littérature de jeunesse”? 8

Ao longo do texto, uma síntese na qual mapeia as principais denominações do objeto que na França viria a ser finalmente reconhecido como “littérature de jeunesse”, Nières-Chevrel oferece uma importante pista para a introdução do termo literatura infantil em língua portuguesa, assim como para estipular alguns parâmetros de investigação dos seus antecedentes e identificar temporalmente o aparecimento e futuros desenvolvimentos do conceito. Segundo a autora:

Sous le Consulat et L’Empire, quelques libraires-éditeurs créent l’expression “librairie d’éducation” pour regrouper les livres qu’ils destinent à la jeunesse. C’est sans doute de cette classification éditoriale que derive la première appellation française, qui est clairement attestée autour de 1830. Dans le préface à ses *Simple Contes à l’usage des jeunes enfants* (1828), Mme

7 Hunt, “Children’s Literature.” In Philip Nel and Lissa Paul, eds., *Keywords for Children’s Literature* (New York: New York University Press, 2011)

8 Isabelle Nières-Chevrel, *Introduction à la littérature de jeunesse* (Paris: Didier jeunesse, 2009).

de Civrey s'adresse "Aux parents et aux instituteurs" et affirme: "Le nombre de ces petits ouvrages qu'on est convenu d'appeler *Livres d'Education* est aujourd'hui très considerable." On retrouve l'expression, toujours en italique, dans la préface à la traduction de *Marie, la fille de l'aveugle* de l'Allemand Salzmann (vers 1830): "Le nombre des ouvrages que l'on est convenu d'appeler *livres d'éducation* est aujourd'hui considérable, mais il n'en est qu'un petit nombre qui ne présentent pas quelques défauts que nous allons signaler [...]" La création d'une dénomination spécifique ateste que la production de livres pour enfants est devenue un fait socialement visible. Le consensus autour de *cette* dénominations dit clairement ce que la société d'alors attend de ces petits livres.

Mais la dénomination "livres d'éducation" entre assez vite en concurrence avec une nouvelle expression, celle de "livres d'enfants". [...]

Ce premier glissement de "livres d'éducation" à "livres d'enfants" prépare le deuxième, celui de "livres d'enfants" à littérature enfantine". L'occurrence la plus ancienne que j'ai rencontrée de cette deuxième dénomination se trouve sous la plume de Pierre-Jules Hetzel dans la préface qu'il rédige pour sa réédition des *Mésaventures de Jean-Paul Choppart* de Louis Desnoyers, en 1865 [...] 9

Para perceber de que modo pode nos servir de pista essa cronologia dos termos utilizados na França, acompanhada de breve reflexão acerca do significado das mudanças, é necessário ter em mente a presença influente da cultura e da língua francesa em Portugal e no Brasil, assim como o volume da circulação de impressos entre esses países. Tudo isso articulado à presença de editores e livreiros franceses nos dois países e aos interesses comerciais associados aos negócios da edição. Interesses que faziam com que, mesmo os editores nacionais, optassem por imprimir seus livros em português na França, devido aos custos. 10 Nesse contexto, traduções a partir de edições francesas seriam sempre privilegiadas e os livros para crianças de forma alguma constituiriam exceção. 11

Não é de estranhar, portanto, que a nomenclatura utilizada para classificar esses livros nos catálogos e

9 Ibid.

10 Tania M. T. Bessone da C. Ferreira, "Comércio de Livros: Livreiros, Livrarias E Impressos," Escritos. Fundação Casa de Ruy Barbosa 5 (2011): 41–52; Fernando Guedes, Os livreiros franceses em Portugal no séc. XVIII: tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história, Subsídios para a história portuguesa 30 (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1998); Laurence Hallewell, O Livro No Brasil: Sua História, 2a ed. rev. e ampliada (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005).

11 Andréa Borges Leão, "A Livraria Garnier e a História Dos Livros Infantis No Brasil: Gênese e Formação de um Campo Literário (1858-1920)," História Da Educação 11, no. 21 (2007): 159–183, <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891597>; Patricia Tavares Raffaini, "A Livraria Garnier e a Tradução e Edição de Livros para a Infância," in Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e Ação Política, by Patricia Santos Hansen and Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016), 66–91.

posteriormente em artigos de periódicos, prefácios e outros textos de opinião ou reflexão sobre os livros para crianças, seguisse de perto a que era veiculada na França.

De acordo com Nières-Chevrel, “*littérature enfantine*” será a denominação hegemônica até a década de 1970. A partir de sua tradução direta, num contexto de grander influência cultural francesa, infere-se que é essa a matriz da denominação em português (e não a inglesa “*children’s literature*”, por exemplo). Apesar disso, os desenvolvimentos posteriores dos conceitos de literatura infantil em Portugal e no Brasil mostram o progressivo descolamento dos processos de conceituação nos dois países em relação à matriz. Ou seja, tais processos não se desenvolvem automaticamente pela presença de traduções do termo na segunda metade do século XIX, para fins comerciais ou em notas prefaciais - como a do editor Hetzel para o livro de Desnoyers, por exemplo, onde se localizou o primeiro uso do termo *littérature enfantine* -, mas, principalmente, pela correspondência com a produção de literaturas infantis nacionais nos dois contextos de destino.

É preciso, então, compreender literatura infantil como um conceito, com diferentes significados no tempo e no espaço, conferidos pelos usos e concepções dos sujeitos históricos que dele se apropriam. E, enquanto conceito, suas variações devem ser também analisadas como indícios e fatores de mudanças sociais e culturais.¹²

Como observa Nières-Chevrel com sensibilidade, a transição de “*livres d’enfants*” para “*littérature enfantine*” é significativa: “Il indique un tournant dans la représentation que la société se donne des livres destines aux enfants. Passer de “*livres*” à “*littérature*”, c’est à la fois rétrécir le champ e le valoriser; passer de “*l’éducatif*” à “*l’enfantin*”, c’est privilégier le destinataire et non plus la visée éducative mise en avant jusqu’alors.”¹³

De fato, um dos maiores problemas em relação aos conceitos refere-se a sua tradução. Traduzir conceitos é um complexo ato de comunicação intercultural em que, se por um lado, os contextos de origem e de destino encontram-se por princípio em relação desigual e de subordinação (por vezes a intenção é mesmo copiar um modelo cultural como é provavelmente o caso de literatura infantil), por outro, o conceito traduzido nunca será mera transposição do original mas implicará uma apropriação criativa. Seus usos, e consequentemente significados, são indissociáveis do novo contexto. De acordo com Melvin Richter, mais que uma importação de formas equivalentes de compreensão, os termos de origem estrangeira adquirem, enquanto conceitos, uma

12 Reinhart Koselleck, *Futures Past on the Semantics of Historical Time* (New York: Columbia University Press, 2004), <http://site.ebrary.com/id/10183369>.

13 Nières-Chevrel, *Introduction à la littérature de jeunesse*.

vida própria nos contextos de destino, assumindo novos significados que alteram, acrescentam ou apagam sentidos originalmente estabelecidos.¹⁴

É, então, por considerar que literatura infantil em Portugal e no Brasil não é a simples transposição do conceito francês de *littérature enfantine*, que proponho observar os contextos de utilização do conceito em língua portuguesa.

Os primeiros discursos sobre a literatura infantil em Portugal e no Brasil apareceram na imprensa periódica e nas notas prefaciais, abundantes na literatura infantil do século XIX e início do XX, as quais, como notou Glória Bastos, foram “um lugar privilegiado para autores, tradutores, adaptadores e até editores exporem as suas diferentes perspectivas sobre a criança, a sua educação e, geralmente em função dessas duas coordenadas para eles fundamentais, o papel dos livros e da literatura”¹⁵. Para períodos posteriores, o mapeamento das concepções sobre literatura infantil precisa levar em conta também os documentos normativos, pareceres de comissões e conselhos de literatura infantil, critérios de órgãos censores, etc. Subjacentes a todos esses textos, encontram-se concepções sobre o que é ou não literatura infantil e juízos de valor predominantes em cada momento. Tais concepções são influentes na produção, circulação, mediação e recepção do objeto de estudo, constituindo importantes fontes para o historiador.

Na falta de instrumentos fiáveis para estabelecer uma aproximação correta (o que só é possível para os textos em inglês ou francês devido à digitalização avançada dos acervos que permitem uso de ferramentas de “word mining”), podemos considerar de forma aproximada que o termo literatura infantil foi utilizado pela primeira vez no início da década de 1880.

Numa crônica de Eça de Queirós escrita em dezembro de 1880, publicada em 9 de fevereiro de 1881 na coluna “Cartas da Inglaterra”, assinada pelo autor no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, temos um importante testemunho acerca da concepção subjacente ao aparecimento das produções nacionais de literatura infantil em Portugal e no Brasil. O texto, intitulado “O natal - a “Litteratura de natal” para crianças”, aborda a inexistência ou notável escassez de livros para crianças nesses países, um *topos* nos discursos sobre essa literatura até as primeiras décadas do século XX.

14 Melvin Richter, “More than a Two-Way Traffic: Analyzing, Translating, and Comparing Political Concepts from Other Cultures,” *Contributions to the History of Concepts* 1, no. 1 (March 2005): 7–20.

15 Glória Bastos, *A Escrita Para Crianças Em Portugal No Século XIX* (Lisboa: Caminho da Educação, 1997).

Uma das coisas encantadoras que nos traz o Natal, são esses lindos livros para crianças, que constituem a Literatura de Natal.

Não falo desses extraordinários volumes dourados, publicados pelos editores franceses em encadernações decorativas como fachadas de catedrais, que custam uma fortuna; contêm um texto que nunca ninguém lê, e são oferecidos às crianças; mas realmente servem para obsequiar os papais. Os pobres pequenos nada gozam com esses monumentos tipográficos: apenas se lhes permite ver de longe as gravuras a aço, sob a fiscalização da mamã, que tem medo que se deteriore a encadernação; e o resplandecente volume orna daí por diante a jardineira da sala, ao lado do candeeiro vistoso.

Em Inglaterra existe uma verdadeira literatura para crianças, que tem os seus clássicos e os seus inovadores, um movimento e um mercado, editores e génios – em nada inferior à nossa literatura de homens sisudos. [...]

Não sei se no Brasil existe isto. Em Portugal, nem em tal jamais se ouviu falar. Aparece uma ou outra dessas edições de luxo, de Paris, [...] e que constituem ornatos de sala. A França possui também uma literatura infantil tão rica e útil como a de Inglaterra: mas essa Portugal não a importa: livros para completar a mobília, sim; para educar o espírito, não.

A Bélgica, a Holanda, a Alemanha, prodigalizam estes livros para crianças; na Dinamarca, na Suécia, eles são uma glória da literatura e uma das riquezas do mercado.

Em Portugal, nada.

Eu às vezes pergunto a mim mesmo o que é que em Portugal lêem as pobres crianças. [...] estou certo que se existisse uma literatura infantil como a da Suécia ou da Holanda, para citar só países tão pequenos como o nosso, erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual. [...]16

O texto é riquíssimo para perceber uma série de noções associadas ao surgimento da literatura infantil e vários pontos se destacam, a começar pelo uso do termo “literatura de natal” no título, que retomarei adiante.

Ao falar de uma “verdadeira literatura para crianças”, como havia na Inglaterra e outros países do norte europeu, que contava com “clássicos” e “inovadores”, feita de “um movimento e um mercado, editores e génios”, o autor confere papel de destaque a determinados agentes sociais e económicos para a existência dessa literatura. Considerando que em alguns países tais livros chegam a alçar o status de “glória da literatura” e “riqueza do mercado”, atribui igualmente valor cultural e económico à literatura infantil. Em trecho posterior, especula que se houvesse literatura infantil de qualidade em Portugal “erguer-se-ia consideravelmente entre nós o nível intelectual”, ou seja, em sua perspectiva, tais livros continham um poder significativo de transformação social (nacional) pela educação da infância. E, finalmente, para que a proposta se concretizasse,

16 Eça de Queiroz, “O Natal - a ‘Litteratura de Natal’ para Crianças. 26 de Dezembro,” *Gazeta de Notícias*, Quarta-feira, de fevereiro de 1881, 40 edition, sec. Folhetim - Cartas da Inglaterra, Biblioteca Nacional Digital, http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/1594.

Eça oferecia uma receita com três ingredientes: “um escritor, um desenhista e um editor”.

É também sob o pretexto da efeméride que o termo literatura infantil aparecerá pela segunda vez na *Gazeta de Notícias*, dessa vez numa seção intitulada “Correio de França”, assinada por Mariano Pina. No artigo intitulado “As edições do Natal”, publicado em 25 de fevereiro de 1886, o tema é tratado da seguinte forma:

De todas estas festas de família e de igreja, que vão do dia 24 de dezembro ao dia 6 de janeiro – o que houve em Paris de mais notável e de mais digno de constituir o assunto de um artigo especial, foi, a que nós podemos chamar sem grande exagero – a guerra das publicações ilustradas.

Nem no Brasil, nem tão pouco em Portugal, ainda se conhece esta verdadeira batalha de livreiros e de editores, como ela se dá em França, em Inglaterra, na Alemanha, e já hoje na Itália, quando o Natal se aproxima. [...]

A ausência de publicações do Natal nos mercados do Rio e de Lisboa, creio que se explica facilmente, - por este nosso uso e esta nossa tradição, que fazem do Natal e do Ano Bom as festas dos gastrônomos e dos comilões por excelência, reservando nós para as crianças, somente as amêndoas da Quinta-feira Santa.

Ora, no Norte da Europa [...] o natal é também dedicado, e muito particularmente, às crianças.

O dia 25 de dezembro é o dia de regozijo dos bebês de todos os países [...].

E no dia 25, logo pela manhã, os gritos de surpresa, as exclamações felizes de todos esses bebês, contemplando os seus brinquedos, saboreando os seus bombons, folheando os seus livros de estampas coloridas – esses livros encantadores, de encadernações fantásticas e deslumbrantes, [...].

E enquanto as crianças do Norte, gozando, vão aprendendo e vão-se educando, em outros países, como em Portugal, a criança não passa de um triste sorvedouro de bolos e de amêndoas, aspirando, quando muito, a ser um dia anjinho de procissão, [...].

Esta literatura infantil é uma das grandes fontes de receita das casas editoras de França; e a tal ponto se espalhou o gosto pelas edições de luxo do Natal, que das tipografias já saem, em grande quantidade, atingindo tiragens de 50 a 100 mil exemplares, [...].¹⁷

É interessante notar, em ambas as crônicas, de que modo a crítica aos costumes portugueses em relação ao Natal, na comparação com os países do norte da Europa, servem de pretexto para ilustrar a situação nacional de forma depreciativa. Vale ressaltar também o pessimismo em relação ao futuro, caso não se tomassem medidas urgentes capazes de operar uma transformação radical nas gerações seguintes. Nos dois

17 Mariano Pina, “As Edições Do Natal,” *Gazeta de Notícias*, de fevereiro de 1886, 56 edition, sec. Correio de França, Biblioteca Nacional Digital, http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/9943.

argumentos, a percepção dessa situação alarmante e a aposta na educação como redenção nacional, somam-se à possibilidade de ganhos pecuniários provenientes da descoberta de um novo mercado.

Tratam-se de temas, que sob a égide das noções de regeneração ou progresso, ganharam muito destaque nos discursos republicanos dos dois países. E é nesse contexto que podemos compreender um dos aspectos mais singulares da origem da literatura infantil portuguesa e brasileira em comparação com outros países: o destacado contingente de intelectuais já consagrados que se dedicaram a escrever para crianças. Fenômeno que relaciona-se às expectativas depositadas sobre a literatura e a infância como portadoras do sentimento nacional e agentes de transformação.

A periodização na história da literatura infantil

De acordo com Eça de Queirós, em 1880 não existia literatura infantil em Portugal. Pode-se dizer com ele que no Brasil também era inexistente, considerando a necessária componente nacional da qual estava imbuído o conceito de literatura e a incipiência do que Áriès chamou de “sentimento da infância”, de aparecimento tardio em ambos os países. Ou, pelo menos, não havia literatura infantil na concepção dos cronistas citados e dos vários autores que, até o início do século XX, continuarão referindo a escassez de leituras para as crianças brasileiras ou portuguesas.

O que circulava até então, segundo as classificações dos catálogos dos livreiros, era vendido como outra coisa. Tratavam-se de “Obras de Litteratura, Novellas, Romances, Historietas, Comedias, Dramas, Livros de Divertimento e Recreio das Sociedades e Outras Obras de Entretenimento em Portuguez”¹⁸ ou “Obras de Educação, Instrução e Recreio da Mocidade em Portuguez”¹⁹. No caso das “edições brasileiras”, os livros eram vendidos como “Obras sobre Educação, Instrucção e Recreio da Mocidade”²⁰; “Livros de Educação, Clássicos, etc.”²¹; “Romances, Novellas, Variedades, etc”²²; “Obras Diversas”²³; “Alfabetos, Livros de Leitura, Ensino Elementar e Religioso, Moral, Civilidade, etc.”²⁴; “Livros de Recreio Infantil”²⁵; “Gramáticas,

¹⁸ Laemmert, Catálogo n.7 das Obras de Literatura, Livros de Divertimento e Recreio das Sociedades, 1868, Biblioteca Nacional.

¹⁹ Laemmert, Catálogo n. 8. Obras de educação, instrução e recreio da Mocidade em português, sd, Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

²⁰ Laemmert, Novo catálogo das obras de educação, instrução e recreio da mocidade, c1869, Biblioteca Nacional.

²¹ Garnier, “Catálogo N.1” (Garnier, 1873).

²² Ibid.

²³ Ibid.

²⁴ Casa Garraux, “Bras_catalogo_casa_garraux.pdf,” c1880, Brasiliana.

Métodos, Guias de Conversação” 26

Sob todas essas rubricas, encontramos livros que hoje figurariam como literatura infantil em qualquer catálogo ao lado de outros que não seriam incluídos. Vale dizer, nenhum desses rótulos, nem mesmo aqueles cujo sentido parece mais próximo do que entendemos hoje por literatura infantil, como “livros de recreio infantil”, por exemplo, coincidem completamente com os conceitos de literatura infantil que estarão na base da organização dos catálogos em meados do século XX.

Pois, para que houvesse uma “verdadeira literatura infantil”, como queria Eça de Queirós, era necessário que as duas componentes do conceito, literatura e infância, fossem contempladas como expressão nacional. Ou seja, de um lado, como expressão literária, era necessário não um ou outro livro, mas um certo volume de textos nos quais fosse possível reconhecer algo como o que Machado de Assis chamou “instinto de nacionalidade” 27, à semelhança do processo de formação da literatura “para adultos”. Por outro lado, que a produção editorial fosse endereçada especificamente às crianças percebidas como “futuro da nação” nos dois países, de acordo com os projetos mais ou menos elitistas dos mediadores culturais envolvidos. 28

Nesse sentido, tanto o pudor no uso do termo literatura infantil, cuja disseminação é mais lenta no Brasil que em Portugal, quanto as diferentes expectativas de mercado no caso de autores e editores estabelecidos nos dois países - os portugueses muitas vezes visando os dois mercados -, são compreensíveis. Há nuances entre os sentidos dados por produtores de discursos sobre os livros para crianças num mesmo país, em geral expressas na preferência pelo conceito de literatura infantil ou outro: “livros de prêmios”, “literatura de natal”, “livros escolares”, “livros para crianças”, etc. Entretanto, no que concerne aos processos de conceitualização

25 Ibid.

26 Ibid.

27 Machado de Assis, “Notícia Da Atual Literatura Brasileira. Instinto de Nacionalidade (1873),” in *Obra Completa de Machado de Assis*, vol. III (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994).

28 André Botelho, *Aprendizado Do Brasil: A Nação Em Busca Dos Seus Portadores Sociais* (Campinas, SP, Brasil: [São Paulo, Brazil]: Editora da Unicamp; FAPESP, 2002); Patrícia Santos Hansen, “Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República” (text, Universidade de São Paulo, 2007), <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/>; Patrícia Santos Hansen; Angela de Castro Gomes, “Intelectuais, Mediação Cultural e Projetos Políticos: Uma Introdução Para a Delimitação Do Objeto de Estudo,” in *Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e Ação Política*, ed. Patricia Santos Hansen, Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016), 7–37.

da “literatura infantil”, uma diferença entre Portugal e no Brasil é o modo como, desde a década de 1880, a maioria dos livros portugueses para crianças passam a trazer inscritos “protocolos”²⁹ que os associam enfaticamente às práticas de leitura doméstica pelos autores, mesmo quando outros protocolos se sobrepõem, como por exemplo as indicações de aprovação para uso escolar explicitadas nas capas por decisão do editor.

É o caso de *Contos para os nossos filhos*, que tem o seu prefácio dedicado “Às mães” e era apresentado como tendo o objetivo “que em Portugal têm tido poucos livros: divertir as crianças”. Em contrapartida, a informação trazida na capa desde a 2ª edição,³⁰ estampava a sua aprovação “pelo conselho d’instrução publica para uso das escolas primarias”, uma decisão de cariz editorial e comercial que acabava por contradizer o objetivo original sugerido pelos autores.

O mesmo já havia ocorrido com *Os contos da mamã*, dedicados “à infância portuguesa” e “Aprovados em conformidade com o parecer da junta consultiva de instrução publica, para uso das escolas primarias de ensino elementar, por decreto de 14 de Dezembro de 1882”.³¹

Uma dupla vocação é também sugerida nas palavras iniciais da “Advertencia” de Antero de Quental ao seu *Thesouro poético da infância*: “Este livrinho, destinado exclusivamente à infância, dedico-o às mães e cuido fazer-lhes um presente de algum valor. [...] Destina-se pois este volumezinho sobretudo à leitura doméstica. Talvez que não fosse também descabido nas escolas de primeiras letras: [...]”.³²

No livro *Às mães e às filhas* de Caiel, pseudônimo de Alice Pestana, a autora fala de como uma boa crítica de Thomaz Ribeiro aos contos que compõem o volume, originalmente publicados no periódico *Repúblicas*, motivaram a sua reunião numa “estreia literária, despretensiosa e modesta, sem outra aspiração que não seja a de poderem todas as mães aconselhar às filhas a sua leitura”. Às palavras da autora, contudo, segue-se a reprodução da crítica como que a cancelar a edição, mas também sugerindo outro valor ao livro, diferente do que atribuía Pestana.

[...] O nosso fim é pedir-lhe que faça coligir em volume os seus romances, que os ofereça ao exame do conselho superior de instrução pública e que, obtida com louvor, que lh'o não podem negar, a sua aprovação para leituras populares e escolares,

29 Roger Chartier, ed., *Práticas da leitura* (São Paulo: Estação Liberdade, 2001).

30 Maria Amália Vaz de Carvalho and Gonçalves Crespo, *Contos Para Os Nossos Filhos*, 2nd ed., Bibliotheca Do Cura d'Aldeia (Porto: Editor Joaquim Antunes Leitão, 1886), 188.

31 Maria Rita Chiappe Cadet, *Os contos da mamã: dedicados à infância portuguesa* (Lisboa: Marie François Lallemand, 1883).

32 Antero de Quental, *Thesouro poetico da infancia*, ed. Antero de Quental (Porto: Ernesto Chardron, 1883).

presenteie com ele a geração de amanhã; [...]

Educai a sociedade na infância e assistiremos sucessivamente a desaccumulação dos cárceres e dos hospitais. 33

Nas “Apreciações” sobre a primeira edição de *Às mães e às filhas*, também encontramos, destoando da maioria dos discursos produzidos naquele momento, um critério frequente nos discursos avalizadores da qualidade da literatura infantil mais recente: o de que a boa “literatura infantil” não é infantil, ou seja, que é simplesmente “literatura”, logo boa também para adultos. Os textos assinados por Maria Amália Vaz de Carvalho, D. Antonio da Costa, Camillo Castello Branco, Francisco Gomes e Amorim, e Julio Cesar Machado, são cartas endereçadas ao editor António Maria Pereira, que as fez publicar nos jornais e estão reproduzidas no livro a partir da segunda edição. 34

Em contraste com essa característica da produção portuguesa, em 1886 as irmãs Adelina Lopes Vieira e Julia Lopes publicavam os *Contos infantis em verso e prosa*, “destinados às escolas primárias do Brasil” conforme indicação na capa. 35 No prólogo as autoras contam as circunstâncias que precederam a publicação: “Animou-nos a publicar este livro, destinado às escolas, isto é, às crianças, a aprovação autorizada e franca dos ilustrados senhores, Barão de S. Felix, Barão de Paranapiacaba, Dr. Victorio da Costa, que, entre outros distintíssimos escritores, nos ouviram numa leitura feita no Rio de Janeiro,[...]”. 36 Em 1905, o livro já na sexta edição trazia outra indicação na capa: “Adoptados para uso nas escolas primárias do Brasil”. E no “Prólogo à 2ª edição” as autoras explicavam algumas das alterações feitas:

“Por decisão da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundaria da Capital Federal dos Estados-Unidos do Brasil, em 14 de abril de 1891, foi aprovado este livro para uso das escolas publicas primarias, em vista do que mandamos fazer esta segunda edição que vai ilustrada com gravuras para maior aprazimento das crianças e com um pequeno questionário em seguida a cada conto, segundo o método adotado nas obras de ensino elementar, prescrito pela mesma Inspetoria.” 37

O texto, então, adicionado de um “questionário”, comprometia-se mais fortemente ainda com práticas de leitura escolares, sujeitas à avaliação do professor.

33 Alice Pestana (Caiel), *Às mães e às filhas: contos* (Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, 1886).

34 Alice Pestana (Caiel), *Às Mês e Às Filhas: Contos*, 3rd ed. (Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1900).

35 Adelina A. Lopes Vieira and Julia Lopes, *Contos infantis em verso e prosa: destinados às escolas primárias do Brasil* (Lisboa: Typ. Mattos Moreira, 1886).

36 Ibid.

37 Adelina A. Lopes Vieira and Júlia Lopes de Almeida, *Contos infantis em verso prosa*, 6a edição (Rio de Janeiro: Laemmert & Ca, 1905).

Por essa mesma época, o editor Francisco Alves, que já dominava o mercado de livros escolares no Brasil, dava início a sua coleção “Biblioteca dos Jovens Brasileiros”, constituída por quatro títulos: *Poesias infantis*, *Contos Pátrios*, *A Patria Brasileira* e *Contos para crianças*. Um fato curioso relativo à *Poesias infantis* é a total reescritura do prefácio do autor, “A quem ler”, onde na primeira edição, escrevia Bilac:

O autor deste livro destinado às escolas primárias do Brasil não quis fazer uma obra de arte: quis dar às crianças alguns versos simples e naturais, [...].

O que o autor deseja é que se reconheça neste pequeno volume, não o trabalho de um artista, mas a boa vontade com que um brasileiro quis contribuir para a educação moral das crianças do seu país.

Se, nas escolas, as crianças gostarem dos seus versos, o rimador das *Poesias infantis* ficará satisfeito, e dará por otimamente empregados, o seu tempo e o seu trabalho. 38

A alteração no prefácio, a partir da segunda edição, desloca todo o protagonismo do autor, tornado sujeito passivo, para o editor:

Quando a casa Alves & Cia. me incumbiu de preparar este livro para uso das aulas de instrução primária, não deixei de pensar, com receios, nas dificuldades grandes do trabalho. [...]

Quanto ao estilo do livro, que os competentes o julguem. Fiz o possível para não escrever de maneira que parecesse fútil demais aos artistas e complicada demais às crianças.

Se a tentativa falhar, restar-me-á o consolo de ter feito um esforço digno. Quis dar à literatura escolar do Brasil um livro que lhe faltava. 39

Com alguns de seus títulos sendo reeditados durante décadas, os volumes da *Biblioteca dos jovens brasileiros* sofreram numerosas modificações materiais e visuais, sugerindo e induzindo diferentes formas de apropriação dos livros, por vezes em edições comercializadas simultaneamente e servindo como exemplo paradigmático do papel do editor na mediação da literatura infantil.⁴⁰ O editor, como demonstram vários estudos no campo da história do livro, tem sempre um papel fundamental na produção. No caso da literatura infantil, porém, assume uma importância muito particular, tal como explica Brian Alderson em “The making of children’s books”:

38 Olavo Bilac, *Poesias Infantis* (Rio de Janeiro (BR): F. Alves, 1904).

39 Olavo Bilac, *Poesias Infantis* (Rio de Janeiro (BR): F. Alves, 1929).

40 Patricia Santos Hansen, “A Biblioteca dos Jovens Brasileiros: do caráter didático da literatura infantil aos usos dos livros pelas crianças no início do século XX,” *Escritos. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, 5, 5 (2011): 79 – 96, http://casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_5/FCRB_Escritos_5_5_Patricia_Santos_Hansen.pdf.

In so far as prospects of profit persuade publishers to a course of action in the choosing and making of their books, their awareness of "the market" plays a double role. As entrepreneurs, they will see the value of inventiveness and novelty in what they offer to the (frequently adult) purchasers of their wares. Indeed, in the mid eighteenth century, when children's books first became a significant element in mainstream publishing, several imaginative ploys were quickly tried which differentiated them from both contemporary adult books and the workaday manuals and textbooks with which children were usually furnished. 41

A opção de Francisco Alves por alterar "paratextos" 42 para promover seus livros como literatura infantil ou escolares, então, é extremamente relevante para compreender o que era concebido como literatura infantil e o que a diferenciava da literatura didática -, se quisermos usar um critério de exclusão bastante comum nas definições do objeto. Pela mudança dos paratextos, aspectos materiais, visuais e protocolos de leitura sob sua alçada, Alves transformava livros didáticos ou adultos em literatura infantil, sem quaisquer adaptações do texto. É o caso, por exemplo, do subtítulo de *Contos pátrios*, "para os alunos das escolas primárias" substituído por "para as crianças" na segunda edição⁴³; ou, caso ainda mais emblemático, de *Contos populares*, de Silvio Romero, que em 1906 passa a ser anunciado como "infantil" e tem adicionado o subtítulo "folk-lore brasileiro ou os verdadeiros contos da carochinha". 44

A exceção à prática da destinação objetiva dos livros ao uso escolar pelos autores e editores brasileiros são os livros da *Bibliotheca Infantil* do editor Quaresma, os quais assemelham-se às edições portuguesas na dubiedade das proposições das práticas de leitura, contendo "protocolos" por vezes discrepantes. Sendo

41 Brian Alderson, "The Making of Children's Books," in *The Cambridge Companion to Children's Literature*, ed. M. O. Grenby and Andrea Immel, Cambridge Companions to Literature (Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2009), 35–54.

42 Uso aqui o termo "paratexto" no sentido dado por Genette: "A literary work consists, entirely or essentially, of a text, defined (very minimally) as a more or less long sequence of verbal statements that are more or less endowed with significance. But this text is rarely presented in an unadorned state, unreinforced and unaccompanied by a certain number of verbal or other productions, such as an author's name, a title, a preface, illustrations. And although we do not always know whether these productions are to be regarded as belonging to the text, in any case they surround it and extend it, precisely in order to *present* it, in the usual sense of this verb but also in the strongest sense: to *make present*, to ensure the text's presence in the world, its "reception" and consumption in the form (nowadays, at least) of a book. These accompanying productions, which vary in extent and appearance, constitute what I have called elsewhere the work's *paratext*, [...]"Gérard Genette, *Paratexts: Thresholds of Interpretation*, Literature, Culture, Theory 20 (Cambridge ; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 1997).

43 Hansen, "A Biblioteca dos Jovens Brasileiros: do caráter didático da literatura infantil aos usos dos livros pelas crianças no início do século XX."

44 Andréa Borges Leão, "Francisco Alves e a Literatura Infantil" (I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, Rio de Janeiro, 2004).

quase todos da autoria de Figueiredo Pimentel, e visando um mercado mais popular, os livros da coleção tiveram um sucesso estrondoso desde que começaram a ser publicados em meados da década de 1890.

“Livros para Festas e prêmios para a infância de ambos os sexos”. Essa seria a chamada de um anúncio publicado pela Laemmert & C^a Editores na *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro, em dezembro de 1897. No anúncio o editor faz uma interessante separação entre os livros indicados para a “infância de 3 a 7 anos” e a “mocidade de 8 a 14 anos”⁴⁵. Os livros eram majoritariamente traduções de sucessos da literatura infantil estrangeira, mais especificamente provenientes da Alemanha, devido aos contatos mantidos pelos Laemmert com seu país de origem, e tratavam-se de bonitas edições ilustradas à cores. Constam do anúncio, títulos como o *João Felpudo* (*Der Struwwelpeter*) e as adaptações de clássicos como *Gulliver* e *As mil e uma noites* de Heinrich Hoffmann. Esses últimos “redigidos para a mocidade brasileira” por Carlos Jansen, que convidou intelectuais de nomeada como Machado de Assis, Rui Barbosa e Silvio Romero, entre outros, para prefaciá-los livros. Traduções como essas eram relativamente numerosas, como têm demonstrado algumas pesquisas mais recentes, apesar do discurso sobre a escassez de leituras para a infância.⁴⁶

Já o catálogo da Livraria H. Garnier, de 1905, inclui duas denominações novas, “Collecção Infantil” e “Albuns Illustrados”, acompanhadas da observação de que continham “gravuras coloridas”. As denominações apareciam como subseções da 1^a parte do catálogo, intitulada “§1^a. - Primeiras letras. – Alfabets. – Leituras elementares.” Já a subseção “Livros para Prêmios”, na 5^a parte do catálogo “§5^a. – Leitura, redacção e estylo.”, além de títulos individuais apresentava outros agrupados em cinco coleções: “Bibliotheca da Infancia”; “Contos de Schmid”; “Bibliotheca da Juventude”; “Bibliotheca das Escolas”; e “Bibliotheca das Famílias”.

É interessante perceber como toda a organização do catálogo de 2005 expressa uma lógica escolar. Ao ponto de incluir livros de um gênero tão representativo da literatura infantil como é o caso do álbum ilustrado na seção “- Primeiras letras. – Alfabets. – Leituras elementares.”.

A perspectiva predominantemente utilitária e escolar da literatura infantil também está presente numa crítica de 1901:

Leitura Civica - É este o título de uma nova e ultima obra, com que a pena de Virgilio Cardoso de Oliveira, acaba de enriquecer a **literatura infantil** [grifo meu] de nosso pais. Destinado às crianças, é de tal modo singelamente escrito esse

⁴⁵ Laemmert & C. Editores, “Livros Para Festas (Advertisement),” *Gazeta Da Tarde*, 1897

⁴⁶ Ver a esse respeito Patricia Tavares Raffaini, “Livros Para Morar - Relatório Final Para FAPESP” (São Paulo: FFLCH-USP, 2016).) e Leão, “A Livraria Garnier e a História dos Livros Infantis No Brasil.”)

delicioso livrinho, que não duvidamos em acredita-lo, senão o melhor, ao menos um dos melhores que, no género, tem aparecido no mercado.

[...]

Longe de, como outros, quando não silenciam, procurar apagar do coração da criança, a fé e o amor pela República, o sr. Virgílio Cardoso, que é além de tudo um grande brasileiro, vai mais longe, tenta gravar na alma do seu pequeno leitor, clara e nitidamente, a grandeza e o progresso que da nova forma de governo poderão advir para bem e glória nossa. [...]47

Esse uso do termo literatura infantil num periódico brasileiro, longe de ser exceção, coincide com os sentidos conferidos por outros usos do mesmo termo naquele momento, ainda que pouco frequentes.

Em Portugal, amostras de maior maturidade na reflexão crítica sobre a literatura infantil aparece na “Declaração da autora a acompanhar o livro *A Boa Mãe*, apresentado à Comissão especial de livros de ensino”, pela escritora e editora Ana de Castro Osório48. Segundo ela:

[...] Não sendo, em absoluto, contrária à **literatura infantil** [grifo meu] tradicional ou fantástica, pois que a criança a ela se prende mais, por se coadunar com o grau de desenvolvimento da sua inteligência, acho que essa leitura se deve temperar um pouco com a de livros educativos e instrutivos, que, pela sua forma e efabulação, agradem à imaginação e satisfaçam a inteligência [...].

O livro de prémios é um livro alegre e sugestivo, um livro que afasta a criança do dever sempre revoltante – por isso que é obrigatório – do estudo e do compêndio.

Criar uma literatura infantil é criar o amor pela leitura, é despertar na criança a curiosidade – tão embotada nas crianças portuguesas – pelas coisas intelectuais e dar-lhe da vida uma alta e nobre noção. Ora uma literatura não pode ser filiada num só tipo de livros, que isso seria o cúmulo da sensaboria e o disparate feito lei.

A literatura para os grandes apossa-se de todos os assuntos e de todos pode fazer obras de valor, conforme o talento dos

47 “Leitura Cívica,” *Jornal Do Recife*, dezembro 1901, 289. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/44028>.

48 Sobre a importância de alguns autores que escreveram para crianças como intelectuais mediadores ver Angela de Castro Gomes Angela de Castro Gomes, “Aventuras E Desventuras de Uma Autora E Editora Portuguesa: Ana de Castro Osório E Suas Viagens Ao Brasil,” in *Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais E Ação Política*, by Angela de Castro Gomes and Patricia Santos Hansen (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016), 92–120; Angela de Castro Gomes, “A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro,” in *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*, ed. Eliana Regina de Freitas Dutra, 2013; Angela de Castro Gomes, “A Grande Aliança de Ana de Castro Osório: um projeto político-pedagógico fracassado,” *Revista Estudos do Século XX*, no. 11 (2011): 281–99, doi:10.14195/1647-8622_11_16; Angela Maria de Castro Gomes, “As Aventuras de Tibicuera: Literatura Infantil, História Do Brasil E Política Cultural Na Era Vargas,” in *A República, a História E O IHGB*, 1a ed, Coleção História (Belo Horizonte: Argumentum, 2009), 121–50.

autores. O mesmo acontece, e deve acontecer, com a literatura infantil, que tem de ser vasta e variada – embora toda apropriada ao fim educativo e à idade dos leitores –, para que os pais e os professores, como os próprios interessados, nela escolham os livros que mais se coadunam com a forma psíquica da sua inteligência e curiosidade. 49

Pode-se dizer, que o que há de comum nos primeiros discursos sobre a literatura infantil, no Brasil e em Portugal, é a percepção da escassez de leituras para as crianças, o sentido de “missão” assumido por aqueles que escrevem para esse público e os aplausos de prefaciadores convidados e da crítica a todos que assumiam a tarefa de suprir aquela carência. Diferenças significativas consistem nas representações e projetos nacionais que condicionam desde aspectos narrativos e políticos até questões de caráter mais comercial como projeções de público alvo ou mercado, ligadas ao gênero, língua, estrato social, etc. Tudo isso merece melhor investigação historiográfica. Mas é principalmente a diferença na conceitualização da literatura infantil desde o século XIX, tal como expressa nos “protocolos de leitura” inscritos nos livros e nos textos sobre o assunto, a característica que repercute mais fortemente nas narrativas históricas produzidas nos dois países a partir de meados do século XX.

O acesso às fontes para a história da literatura infantil

Um recurso importante para a história dos livros de literatura infantil são os estudos bibliográficos. Em meados do século XX, diversos países produziram bibliografias de sua literatura infantil. Portugal e Brasil não foram exceção.⁵⁰ Tratam-se de materiais de enorme utilidade que, contudo, exigem alguns cuidados. O mesmo ocorre com as histórias da literatura infantil nacionais que vieram em seguida e que valem hoje, principalmente, como inventários bibliográficos.

O problema desses materiais, incontornáveis para o pesquisador, é que tanto as bibliografias como as histórias de caráter mais abrangente nunca são neutras, apesar da objetividade que as listas de títulos e informações de catálogo costumam aparentar. São sempre elaboradas a partir de julgamentos de valor literário e organizadas de acordo com critérios classificatórios arbitrários, muitas vezes ocultados do leitor. Mais ainda, sendo obras de referência, os critérios classificatórios que utilizam tendem a se reproduzir e cristalizar nos discursos subsequentes. Para usá-las a fim de identificar suas fontes, portanto, o historiador precisa ter em mente os critérios que determinaram a inclusão ou exclusão de textos naquele *corpus* e desconstruir as

49 Ana de Castro Osório, *A boa mãe: livro de premios escolares* (Setubal Lisboa: Livr. Ed. Para as Crianças Livr. Ferreira [deposit.], 1908).

50 M. O. Grenby, “Bibliography: The Resources of Children’s Literature,” in *Understanding Children’s Literature*, ed. Peter Hunt, 2nd ed. (London ; New York: Routledge, 2005), 140–58.

periodizações que esses estudos tendem a naturalizar.

Em Portugal, a referencia fundamental é o trabalho do editor e autor para a infância Henrique Marques Júnior, *Algumas achegas para uma Bibliografia Infantil*.⁵¹ E, mais adiante, o *Catálogo de literatura infantil de autores portugueses e estrangeiros*.⁵²

No Brasil, há a *Bibliografia de literatura infantil em língua portuguesa*⁵³ e os livros *Literatura infantil brasileira*⁵⁴ e *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil*.⁵⁵

A iniciativa do editor, compilador e tradutor português de literatura infantil, Henrique Marques Junior, foi das mais precoces que se têm notícia. Sua bibliografia, de 1928, é publicada antes mesmo das suas congêneres na Inglaterra e na França. A breve apresentação que faz dos critérios utilizados para a seleção e organização de títulos é eloquente sobre os julgamentos de valor e concepções subjacentes aos critérios que costumam operar na elaboração das bibliografias.

Vai esta minha tentativa dividida em quatro partes: - Bibliotecas infantis – II – Livros para crianças, fora de coleções – III – Fabulario – IV – Jornais para crianças – V – Teatro Infantil.

A minha bondosa e saudosíssima amiga D. Carolina Michaelis de Vasconcelos – a cuja memória Portugal deve verdadeiras preciosidades bibliográficas – no prefácio que precede a *Autobiografia* de Trindade Coelho – diz que não concorda com a inclusão de livros escolares como impróprios de figurar no gênero infantil. No entanto alguns há que merecem essa exceção e são esses os que cito.⁵⁶

De acordo com o que já foi dito, na resumida discussão sobre a conceitualização produzida por protocolos de leitura inscritos nas fontes feita acima, qualquer definição de literatura infantil apoiada numa oposição a livros escolares será sempre artificial e, como o próprio Marques Junior indica com suas “exceções”, impossível na prática. Tal critério, bastante comum nos discursos sobre a literatura infantil, é incongruente com os protocolos de leitura inscritos em muitos livros reconhecidos como tal. Vale ressaltar, que todos os livros

51 Henrique Marques Junior, *Algumas achegas para uma bibliografia infantil* (Lisboa: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, 1928).

52 Domingos Guimarães de Sá, *Catálogo de literatura infantil de autores portugueses e estrangeiros (traduzidos)* (Lisboa: Secretariado para a Juventude, 1973).

53 Lenira Fraccaroli, *Bibliografia de Literatura Infantil em Língua Portuguesa*, 2nd ed. (S. Paulo: Editora Jornal dos Livros; INL, 1955).

54 Leonardo Arroyo, *Literatura infantil brasileira* (São Paulo: Editora Unesp, 2011).

55 Nelly Novaes Coelho, *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo*. (São Paulo: Amarilis, 2010).

56 Marques Junior, *Algumas achegas para uma bibliografia infantil*.

portugueses usados nesse artigo como exemplo estão incluídos na bibliografia em questão. Deve-se, porém, atentar para a inclusão dos periódicos infantis da passagem do século nas *Achegas*, os quais tiveram um importante lugar na circulação de textos para a infância, e das traduções, nem sempre contabilizadas nos inventários das literaturas infantis nacionais.

As narrativas da história da literatura infantil em Portugal costumam identificar o surgimento dessa produção na segunda metade do século XIX, destacando o papel de intelectuais já consagrados que teriam tomado para si a “missão” de contribuir para a suprir aquela lacuna. Apesar das controvérsias sobre a periodização⁵⁷, as quais fundamentam-se em concepções diferentes sobre o que é literatura infantil, boa parte dos autores assume aquele momento como fundador⁵⁸, geralmente em diálogo com o influente texto de Esther de Lemos.⁵⁹

Embora datado, o texto de Lemos têm méritos, particularmente o de identificar o papel dos intelectuais e o sentido de missão nas origens da literatura infantil portuguesa, ainda que a autora se utilize do critério, anacrônico e insatisfatório como vimos apontando, para circunscrever o objeto: o da oposição entre “literatura” e “obras didáticas”.

O problema é mais grave no caso do Brasil, como notou Maria do Rosário Mortatti,

[...] pode-se depreender como uma das características apontadas na produção de literatura infantil brasileira sua oscilação entre gênero didático ou gênero literário e o correspondente esforço de superação do didatismo em favor da literaridade. Para esse esforço contribui especialmente a produção acadêmica a partir do final dos anos 80 no âmbito dos estudos literários, com sua forte tendência normatizadora sobre a produção de literatura infantil, [...] segundo a qual a condição de maioria da literatura infantil brasileira deve ser aferida e/ou construída de acordo com parâmetros de esteticidade extraídos da produção literária “para adultos”, ou simplesmente, da literatura, sem adjetivos.

Essa versão tem contribuído – muitas vezes de maneira indireta, mas com a força de “mito da criação” – para o engendramento, no nível do campo de conhecimento, de uma oscilação derivada daquela e, muitas vezes, de uma identificação desabonadora – embora sofismática – entre menoridade do público previsto, menoridade da literatura a ele

57 Maria Laura Bettencourt Pires, *História Da Literatura Infantil Portuguesa* (Lisboa: Vega, 1982).

58 Garcia Barreto, *Literatura Para Crianças E Jovens Em Portugal*, 1a. ed, Coleção Campo Da Literatura ; Ensaio 18 (Porto: Campo das Letras, 1998); Bastos, *A Escrita Para Crianças Em Portugal No Século XIX*; Natércia Rocha, *Breve história da literatura para crianças em Portugal* (Lisboa: Caminho, 2001).

59 Esther de Lemos, “A Literatura Infantil Em Portugal” (Ciclo de Conferências sobre Literatura Infantil, Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1972).

destinada e menoridade do campo de conhecimento correspondente. 60

O “mito de criação” a que Mortatti refere, diz respeito à atribuição de um papel fundador à Monteiro Lobato, para o qual muito contribui o livro de Arroyo. Ao consolidar a obra de Monteiro Lobato como pioneira da literatura infantil brasileira, boa parte dos estudos sobre a literatura infantil no Brasil desvalorizam toda a produção anterior, em geral agregada sob os rótulos do “ufanismo”, “didaticismo”, “nacionalismo”, todos pejorativos e verdadeiramente obstaculizando a maior compreensão do nosso objeto de pesquisa. O problema resulta principalmente, pode-se dizer, da (falta de) crítica das fontes. Numa carta muito famosa de 1916, sempre utilizada para corroborar e dar credibilidade a essa versão da origem da literatura infantil brasileira, Lobato desabafa com seu amigo Godofredo Rangel:

Ando com várias ideias. Uma: vestir à nacional as velhas fábulas de Esopo e La Fontaine, tudo em prosa e mexendo nas moralidades. Coisa para crianças. [...] As fábulas em português que conheço, em geral traduções de La Fontaine, são pequenas moitas de amora do mato - espinhentas e impenetráveis. Que é que nossas crianças podem ler? Não vejo nada. Fábulas assim seriam um começo da literatura que nos falta. Como tenho um certo jeito para impingir gato por lebre, isto é, habilidade por talento, ando com ideia de iniciar a coisa. É que nada acho para a iniciação dos meus filhos. Mais tarde só poderei dar-lhes o Coração de Amicis - um livro tendente a formar italianinhos... 61

A carta é frequentemente usada como “prova” da falta de literatura infantil no Brasil em 1916 e para fundamentar o argumento de que *A menina do Narizinho Arrebitado*, publicada em 1920, seria o marco inicial dessa literatura. Frequentemente se esquece que Lobato estréia sua exitosa carreira de escritor e editor de literatura infantil com duas versões desse livro: uma em álbum (em grande formato e com ilustrações coloridas) e outra mais econômica para as escolas. Mais ainda, poucos se perguntam como Raffaini⁶², como é que inexistia literatura infantil se em outras cartas, publicadas no mesmo livro, o autor menciona várias de suas leituras da infância: o *Menino Verde* e o *Robinson Crusoe* da Laemmert, *Os filhos do Capitão Grant*.⁶³ Além dos livros que ele mesmo quis plagiar, como demonstra o convite feito a Rangel para ajudá-lo na empreitada:

Quem sabe pode e quer você empreitar um serviço de que precisamos? Pretendemos lançar uma série de livros para crianças, como *Gulliver*, *Robinson*, etc., os clássicos, e vamos nos guiar por umas edições do velho Laemmert, organizadas

60 Maria do Rosário Longo Mortatti, “Leitura Crítica Da Literatura Infantil,” *ITINERÁRIOS–Revista de Literatura*, 2001, <http://seer.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/3458>.

61 Monteiro Lobato, “Carta da Fazenda, de 8/9/1916”, in *A Barca de Gleyre*. Brasiliense (São Paulo, 1955*), 103–104

62 Raffaini, “Livros Para Morar - Relatório Final Para FAPESP.”


63 Monteiro Lobato, “Carta Do Rio, 7/5/1926,” in *A Barca de Gleyre*, by Monteiro Lobato, vol. Tomo II, II vols. (São Paulo: Brasiliense, 1955), 291–93.

por Jansen Muller [sic]. Quero a mesma coisa, porém com mais leveza e graça de língua. Creio até que se pode agarrar o Jansen como "burro" e reescrever aquilo em língua deslitteralizada - porque a desgraça da maior parte dos livros é sempre o excesso de "literatura". [...] Quer pegar a empreitada? [...] Coisa que se faz ao correr da pena. E só ir eliminando todas as complicações estilísticas do "burro". Se não tens por aí essas edições do Laemmert, mandarei.⁶⁴

Ao apresentar-se publicamente como “criador da literatura infantil brasileira”, como no anúncio que acompanha vários lançamentos de Lobato a partir da década de 1930, o editor lança mão de uma estratégia de *marketing* de sucesso, mas o historiador deve sempre desconfiar das propagandas e dos “mitos fundadores”.

64 Monteiro Lobato, “Carta de S. Paulo 17/6/1921,” in *A Barca de Gleyre*, vol. tomo II, II vols. (S. Paulo: Brasiliense, 1955).

15 — Novembro — 1933 — 31 — O TICO-TICO



MONTEIRO LOBATO

O creador da literatura infantil no Brasil acaba de dar uma obra sensacional, destinada a um imenso sucesso.

HISTORIA DO MUNDO PARA AS CRIANÇAS

Nela D.^a Benta conta aos seus netos a história da humanidade, da maneira mais acessível ao espírito das crianças — e até da Emilia, que não cessa com os seus apartes e asneirinhas. Todas as crianças aproveitarão com essa preciosa leitura — desde as de 7 até as de 70 anos...

ULTIMAS NOVIDADES

AS CAÇADAS DE PEDRINHO - Monteiro Lobato	68
HISTORIA DO MUNDO PARA AS CRIANÇAS - Monteiro Lobato	108
PINOCCHIO - História completa - C. Collodi - trad. revista por Monteiro Lobato	78
REINAÇÕES DE NARIZINHO - Monteiro Lobato	68
NOVAS REINAÇÕES DE NARIZINHO - Monteiro Lobato	68
ALICE NO PAIS DAS MARAVILHAS - Tradução de Monteiro Lobato	48
ALICE DO PAIS DO ESPELHO - trad. de Monteiro Lobato	58
AVENTURAS DO BARÃO DE MUNCHHAUSEN - Dürger	58

EM TODAS AS LIVRARIAS DO BRASIL



COMP. EDITORA NACIONAL
R. dos GUSMÕES - 26 - 30 - S. PAULO

Monteiro Lobato, "Historia Do Mundo Para as Crianças (Propaganda)," *O Tico-Tico*, November 15, 1933, Hemeroteca Digital Brasileira, http://memoria.bn.br/pdf/153079/per153079_1933_01467.pdf.

Considerações finais

Como foi dito no início desse artigo, não foi a minha intenção abarcar aqui toda a complexidade dos aportes historiográficos à literatura infantil. Os limites desse texto não permitem uma abordagem exaustiva e muitos aspectos importantes foram deixados de fora, como o problema dos acervos, por exemplo, ou o maior desenvolvimento de temas próprios à história da infância ou do livro e da leitura. Ao chamar a atenção para

três problemas fundamentais: a conceituação, a periodização, e as fontes; o que se pretendeu foi, em larga medida, procurar desconstruir algumas certezas e preconceitos amplamente aceitos, visando auxiliar a formulação de novas problematizações sobre um objeto que há muito exige maior interesse acadêmico.

Bibliografia

Adelina Vieira, Júlia de Almeida, Contos infantis em verso e prosa: destinados às escolas primárias do Brasil (Lisboa: Typ. Mattos Moreira, 1886).

Adelina Vieira, Júlia de Almeida, Contos infantis em verso prosa (Rio de Janeiro: Laemmert & Ca, 1905).

Alice Pestana (Caiel), Às mães e às filhas: contos (Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, 1886).

Alice Pestana (Caiel), Às mães e às filhas: contos (Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1900).

Ana de Castro Osório, A boa mãe: livro de premios escolares (Setúbal e Lisboa: Livr. Ed. para as Crianças Livr. Ferreira [deposit.], 1908).

André Botelho, Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais (São Paulo: Editora da Unicamp; FAPESP, 2002).

Andréa Borges Leão, "A livraria Garnier e a história dos livros infantis no Brasil: gênese e formação de um campo literário (1858-1920)", História Educação. 11, nº 21 (2007): 159–183. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4891597>.

Andréa Borges Leão, "Francisco Alves e a Literatura Infantil", (Rio de Janeiro, 2004).

Angela de Castro Gomes, "A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro", en: O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente, ed. Eliana Dutra (Autêntica editora, 2013).

Angela de Castro Gomes, "A Grande Aliança de Ana de Castro Osório: um projeto político-pedagógico fracassado", Revista Estudos Século XX, nº 11 (2011): 281–299. doi:10.14195/1647-8622_11_16

Angela de Castro Gomes, "As aventuras de Tibicuera: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas", en A República, a História e o IHGB, Coleção História (Belo Horizonte: Argumentum, 2009), 121 –150.

Angela de Castro Gomes, "Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil", en Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais E Ação Política (Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2016), 92–120.

Antero de Quental, *Thesouro poetico da infancia* (Porto: Ernesto Chardron, 1883).

António Garcia Barreto, *Dicionário de literatura infantil portuguesa* (Porto: Campo das Letras, 2002).

António Garcia Barreto, *Literatura para crianças e jovens em Portugal*, ed. Coleção Campo da literatura; Ensaio (Porto: Campo das Letras, 1998).

Brian Alderson, "The making of children's books", en *The Cambridge Companion to Children's Literature* (Cambridge Companions to Literature. Cambridge), eds. Matthew Grenby, Andrea Immel (New York e Cambridge: University Press, 2009), 35–54.

Casa Garraux, c1880. [bras_catalogo_casa_garraux.pdf](#).

ChLA, Children's Literature Association (Disponível em: <http://www.childlitassn.org/resources> , consultado em 10/28/14).

Domingos Guimarães de Sá, *Catálogo de literatura infantil de autores portugueses e estrangeiros* (traduzidos) (Lisboa: Secretariado para a Juventude, 1973).

Eça de Queiroz, "O natal - a "Litteratura de natal" para crianças", *Gazeta de Notícias*, 40 ed. (sec. Folhetim - Cartas da Inglaterra, fevereiro de 1881. Biblioteca Nacional Digital.) Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/1594.

Esther de Lemos, "A literatura infantil em Portugal", (Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1972).

Fernando Azevedo, "A literatura infantil e o problema da sua legitimação", en *Largo mundo alumiado: estudos em homenagem a Vítor Aguiar e Silva*, eds Carlos de Sousa, Rita Patrício (Braga: Universidade do Minho, 2004).

Fernando Guedes, *Os livreiros franceses em Portugal no séc. XVIII: tentativa de compreensão de um fenómeno migratório e mais alguma história*, Subsídios para a história portuguesa (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1998).

Garnier, *Catálogo N.1* (1873).

Gerard Genette, *Paratexts: thresholds of interpretation, Literature, culture, theory* (New York: Cambridge University Press, 1997).

Glória Bastos, *A escrita para crianças em Portugal no século XIX* (Lisboa: Editorial Caminho, 1997).

Glória Bastos, *O teatro para crianças em Portugal: história e crítica*, ed. Coleção universitária (Lisboa: Editorial Caminho, 2006).

Henrique Marques Junior, *Algumas achegas para uma bibliografia infantil* (Lisboa: Oficinas gráficas da Biblioteca Nacional, 1928).

Isabelle Nières-Chevrel, *Introduction à la littérature de jeunesse* (Paris: Didier jeunesse, 2009).

Laemmert. "Catálogo N. 7 Das Obras de Divertimento e Recreio Das Sociedades," 1868.

———. "Catálogo N. 8. Obras de Educação, Instrução e Recreio da Mocidade em Português," c 1969. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

———. "Novo Catálogo das Obras de Educação, Instrução e Recreio Da Mocidade," c 1869. Biblioteca Nacional.

Laemmert, C. Editores, " Livros para Festas e prêmios para a infância de ambos os sexos", *Gazeta da Tarde* (1897).

Laurence Hallewell, *O livro no Brasil: sua história*, 2a ed. rev. e ampliada. ed. (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005).

"Leitura Cívica." *Jornal Do Recife*. dezembro 1901, n. 289. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/44028>.

Lenyra Fraccaroli, *Bibliografia de literatura infantil em língua portuguesa* (São Paulo: Editora Jornal dos Livros; INL, 1955).

Leonardo Arroyo, *Literatura infantil brasileira*. (São Paulo: Editora Unesp, 2011).

Machado de Assis, "Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade (1873)", *Obra Completa de Machado de Assis* (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994).

Maria Amália Vaz de Carvalho; Gonçalves Crespo, *Contos para os nossos filhos*, ed. Joaquim Antunes Leitão (Porto: Bibliotheca do Cura d'Aldeia, 1886).

Maria Laura Pires, *História da Literatura Infantil Portuguesa* (Lisboa: Vega, 1982).

Maria Mortatti, "Leitura crítica da literatura infantil", *Itinerários - Revista Literatura*, (2001).

Maria Rita Cadet, *Os contos da mamã: dedicados à infância portuguesa*. (Lisboa: Marie François Lalléant, 1883).

Mariano Pina, 1886. "As edições do Natal", *Gazeta de Notícias*, 56 ed., (Correio de França. Biblioteca Nacional Digital, de fevereiro de 1886) Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_02/9943.

Matthew Grenby, "Bibliography: the resources of children's literature", *Understanding Children's Literature*, eds. Peter Hunt (London e New York: Routledge, 2005), 140–158.

Matthew Grenby, "Historical Research", *Children's Literature Studies: A Research Handbook*, eds. Kimberley, Reynolds, Matthew Grenby (Basingstoke e New York: Palgrave Macmillan, 2011), 97–119.

Melvin Richter, 2005. "More than a two-way traffic: analyzing, translating, and comparing political concepts from other cultures", *Contributions to the History of Concepts* 1, nº 1 (2005): 7–20.

Monteiro Lobato, "Carta da Fazenda, 8/9/1916", *A Barca de Gleyre*. Brasiliense (São Paulo, 1955^a), 103–104.

Monteiro Lobato, "Carta de S. Paulo, 17/6/1921", *A Barca de Gleyre*. Brasiliense (S. Paulo, 1955^c).

Monteiro Lobato, "Carta do Rio, 7/5/1926", *A Barca de Gleyre*. Brasiliense (São Paulo 1955^b). 291–293.

Monteiro Lobato, "Historia do Mundo para as Crianças (propaganda)", *O Tico-Tico*, ano XXX, nº 31 (1933).

Natércia Rocha, *Breve história da literatura para crianças em Portugal* (Lisboa: Caminho, 2001).

Nelly Novaes Coelho, *Panorama histórico da literatura infantil/juvenil: das origens indo-europeias ao Brasil contemporâneo* (São Paulo: Amarelis, 2010).

Olavo Bilac, *Poesias infantis*, ed. Francisco Alves (Rio de Janeiro, 1904).

Olavo Bilac, *Poesias infantis*, ed. Francisco Alves (Rio de Janeiro, 1929).

Patricia Hansen, 2011. "A Biblioteca dos Jovens Brasileiros: do caráter didático da literatura infantil aos usos dos livros pelas crianças no início do século XX". *Escritos*, revista da Fundação Casa Rui Barbosa, nº 5, (2011): 79 – 96.

Patrícia Hansen, Angela de Castro Gomes, "Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo", *Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e Ação Política*, Eds. Patrícia Hansen, Angela de Castro Gomes (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016), 7–37.

Patrícia Hansen, Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República (tese) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007). Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/>

Patricia Raffaini, "A livraria Garnier e a tradução e edição de livros para a infância", *Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e Ação Política* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a), 66–91.

Patricia Raffaini, *Livros para Morar - Relatório Final para FAPESP* (São Paulo:FFLCH-USP, 2016b).

Peter Hunt, "Children's Literature", *Keywords for Children's Literature*, eds. Philip Nel , Lissa Paul (New York: New York University Press, 2011).

Philip Nel, Lissa Paul, (Eds.), *Keywords for children's literature* (New York: New York University Press, 2011).

Reinhart Koselleck, *Futures past on the semantics of historical time* (New York: Columbia University Press, 2004).

Roger Chartier, (ed.) *Práticas da leitura* (São Paulo: Estação Liberdade, 2001).

Tânia da Cruz Ferreira, "Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos", *Escritos*, revista da Fundação Casa Rui Barbosa, nº 5, (2011): 41–52.